



Ciência e meio ambiente:
urgências para o ensino
de jornalismo

22º Encontro Nacional de Ensino de Jornalismo
e IV Congresso de Jornalismo da Amazônia

De 25 a 28 de Abril de 2023

local: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Manaus/AM



COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Pistas decoloniais na prática jornalista nos encontros Enejor e

Rebej

Antonia Alves Pereira¹; e-mail antoniaalves@unemat.br
Sonia Virgínia Moreira²; soniavm@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a perspectiva decolonial no Enejor e na Rebej, alinhando a formação ao exercício da cidadania, emancipação social e função social do jornalismo. Os resultados a partir da análise documental aponta estes indícios como potencializadores da prática jornalística como pedagogia do jornalismo educacional, epistemologia do sul, e educação socioambiental para transformar territórios vulneráveis em educativos.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Ensino de jornalismo. Decolonialidade. Emancipação social. Interculturalidade.

1. INTRODUÇÃO

Desde as Diretrizes Curriculares para a Extensão Universitária, promulgadas em 2018 com prazo de três anos para implementação, as atividades extensionistas vem se configurando como espaço de emancipação. Há pelo menos quatro décadas, a ida ao território se constitui de ações “com” a comunidade, distanciando-se do “para”, pois os atores locais passam a integrar rotinas participativas, colaborativas e de produção midiática com foco na intervenção social, como demonstra a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej) e encontros nacionais de ensino de Jornalismo (Enejor).

Conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), estas iniciativas são interventivas e contribuem para o desenvolvimento local e regional. A leitura educacional à luz do exercício da cidadania realizada por Pereira e Moreira

¹ Mestre em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora assistente atuando no Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

² Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação (USP) e mestre em Jornalismo (Universidade do Colorado- Boulder, EUA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj.

(2021, p. 16) demonstrou que a extensão universitária ampliou práticas comunicativas e contribuiu para a eliminação de práticas estigmatizadas, no aumento da autoestima, na construção da identidade e participação, além de possibilitar o compartilhamento de conhecimentos e da vivência da comunicação digital/audiovisual participativa aliada à alfabetização midiática e informacional.

Potencializadas pelas diretrizes extensionistas que dão unidade e potência à emancipação social, as DCNs (BRASIL, 2013) encontra forte aliada na política de educação ambiental que adotou a educomunicação socioambiental como estratégia comunicativa (BRASIL, 2005). Seus compromissos se estabelecem no diálogo, na interatividade, na produção participativa, no encontro de saberes, na transversalidade e no direito à comunicação; na proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular; na democratização da comunicação para a acessibilidade de informação socioambiental; na não discriminação e no respeito à individualidade e à diversidade humana. Tanto o jornalismo quanto o jornalismo ambiental podem ser revigorados por estas premissas educacionais (PEREIRA; MOREIRA, 2021).

Dimensão intrínseca às lutas populares e comunicativas gestadas na América Latina a partir dos anos de 1970, o paradigma educacional se funda *na educação como prática de liberdade* e comunicação dialógica freirianas. Estas lutas culminam no que Boaventura de Souza Santos aponta como a emergência das epistemologias do Sul, alternativas ao pensamento abissal estabelecido no conhecimento hegemônico. A emancipação sociopolítica e o empoderamento apropriativo dos sujeitos que estão no cerne da educação faz dela uma epistemologia do Sul (ROSA, 2021).

A formação jornalística aliada à extensão universitária educacional leva à transformação de territórios vulneráveis em educativos, dada ao uso que os cidadãos fazem dos lugares em suas apropriações técnicas e sensoriais, conforme Milton Santos. Uma postura decolonial amplia as possibilidades de emancipação dos sujeitos em formação (futuros jornalismo) e das práticas (sujeitos do lugar) em torno de ações que tenham os sujeitos do lugar como coparticipem. Enquanto recorte da Tese, em andamento, esta perspectiva é buscada, intencionalmente, nos anais do Enejor e na Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (Rejeb).

A seleção do *corpus* é composta por 22 publicações, sendo 14 de edições do Enejor (19^a, 20^a, e 21^a) e oito da Rejeb (2013-2022), que compreendem o período pós-DCNs e estão disponíveis nos sistemas Abej³. Os termos interculturalidade, decolonial, contra-hegemônica/resistência e emancipação social/política foram buscados em todos os anais pela aplicação do recurso “Ctrl+F”. Na revista, o recurso “busca” listou os artigos que foram escolhidos após a leitura de seus resumos.

O referencial teórico-metodológico é acionado por olhar intuitivo e informativo inerente à análise documental (MOREIRA, 2017, p. 271-273) e que possibilita a análise de dados secundários (artigos) e primários que são interpretados em narrativa crítica, amparada por anotações e comentários de similaridades e diferenças. Por inserir-se na condição de *corpus*, as publicações consultadas não aparecem nas referências, sendo acionadas com a intenção de responder à questão: a decolonialidade comparece nas publicações da Abej? Se sim, em que condições e menções se dá o exercício da cidadania e da emancipação social?

Por *corpus*, Bauer e Aarts (2003, p. 44-45) compreendem a coleção de textos, a coleção completa de escritos ou coisas parecidas, o conjunto completo de literatura sobre um assunto ou a “coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar”. De acordo com os autores, é preciso observar tanto a sincronicidade (tempo determinado) quanto a homogeneidade (mesmo meio), o que foi aplicado, pois os materiais se encontram no período pós-DCNs e pertencem à mesma instituição e linguagem (artigos).

Títulos, resumos e palavras-chaves foram categorizados a partir do cotidiano e da cidadania, *locus* e vivência do Jornalismo em torno da interculturalidade e da pedagogia do jornalismo. Este percurso alicerça-se na educomunicação como uma epistemologia do Sul (SOUZA SANTOS, 2002; ROSA, 2020), passando por conceitos fundantes no paradigma, quais sejam: interculturalidade (WALSH, 2007; 2017; MARTIN-BARBERO, 2014), emancipação social (OLIVEIRA, 2017) e comunicação dialógica (FREIRE, 1983; 2000; KAPLUN, 2014).

³ <https://soac.abejor.org.br> e <https://rebej.abejor.org.br>.

Estes elementos estão no ensino de Jornalismo se consolidando na pedagogia do jornalismo, enquanto proposta vivencial e formativa. De base freiriana e oriunda de disciplina do programa de pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o professor Eduardo Meditsch vem instigando discussões que, começam a ganhar aderência com duas obras específicas: *O Ensino de Jornalismo sob as novas Diretrizes – miradas sobre projetos em implantação* (MEDITSCH; AYRES; GOBBI; BARCELOS, 2017) e *Pedagogia do Jornalismo: desafios, experiências e inovações* (MEDITSCH; KROUNBAUER; BEZERRA, 2020).

3. REVITALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

Além das teorias jornalísticas, a *Pedagogia do Jornalismo* apresenta aderência às pedagogias decoloniais, o que enriquece a formação jornalística para aprender outros modos de saberes em meio aos gritos, brechas e sementeiras do caminhar cotidiano (WALSH, 2017), em “defesa de um trabalho coletivo de educação voltado para o combate às desigualdades, forjado “com” o oprimido e não “para” o oprimido” (CARVALHO, 2020, p. 36 – grifo do autor).

Por ser muito recente, a aproximação dos campos teóricos da pedagogia e do jornalismo ainda apresenta pouca expressão, sendo que a maioria das publicações se volta para relatos de experiências. Carvalho (2020, p. 33-34) identificou nelas três tipos de abordagens, a saber: uso de produtos jornalísticos como recurso pedagógico e experiências educacionais; caráter educativo das publicações jornalísticas; e os modos como o jornalismo tem sido ensinado.

Uma das pesquisas mais recentes é de Kronbauer (2022) em que articula as agências de socialização do conhecimento (escola e jornalismo) em articulação aos três tipos de jornalismo que circulam na academia. Para Meditsch (2017), estes tipos (do, sobre e para) geram uma etapa do conhecimento (novo ou existente) por meio de um método próprio (jornalístico, científico e pedagógico). Há um objeto de análise (fatos, fenômeno e teoria/prática) que se apresenta num produto (cobertura, teoria e práxis) por meio de uma ação (prática, pesquisa e ensino-aprendizagem).

À luz da interface educação e jornalismo, Kronbauer (2021, p. 129-130) amplia a ação do método pedagógico em torno da prática, pesquisa e ensino-aprendizagem, assim como da práxis profissional e do ensino-aprendizagem que acontecem de maneira simultânea. Neste sentido, o jornalismo se torna vanguarda de processos emancipatórios, internos e externos, enquanto forma, informa e leva seus atores a produzirem saberes jornalísticos em colaboração com a comunidade.

Diante de uma sociedade que introjetou o pensamento abissal que valoriza os saberes provenientes do Norte é preciso enfrentamento deste saber-poder para que outros saberes, tão importantes quanto os primeiros, compareçam em sua diversidade. Para esta concretude, as sociologias das ausências e as sociologias das emergências de Boaventura de Souza Santos (2002, p. 253) se apresentam como caminho viável para a emancipação coletiva como postura contra hegemônica. Para o sociólogo português, pode emergir um pensamento pós-abissal pela ecologia de saberes que valoriza outros saberes que são considerados como epistemologias do Sul.

O conceito de ecologia se funda na multiplicidade de ideias e de relações não destrutivas entre os agentes sociais, pelas trocas nos sistemas alternativos de produção e nos saberes negados que vem à tona pelo grito decolonial, o que possibilita que a produção do saber ser consistente, libertador e referenciado nas ecologias da vida (MALDONADO, 2016; SIERRA, 2016). Trocas dialógicas entre seres, saberes, sentidos e práticas de mediações sociais, políticas e comunicativas são o cerne deste processo (WALSH, 2007; 2017).

Em lugar da epistemologia dominante que subjuga outras visões de mundo, as epistemologias do sul são construídas a partir de uma ciência plural e complexa que integra as experiências sociais (SOUZA SANTOS; MENESES, 2009, p. 12) com o intuito de repensar o lugar de fala e a espaço dado à emergência de sujeitos, de saberes e das ecologias culturais negadas (SOUZA SANTOS, 2002).

A brasileira Nilma Lino Gomes recupera a potência do movimento negro e da educação racista para propor suas pedagogias das ausências e das emergências, fundadas nas sociologias de Boaventura, em três saberes que são constituintes da pessoa (identitários, políticos e estético-corporais). É principalmente, no último saber que as ações de resistência e de luta por direitos políticos e acadêmicos se materializam

(GOMES, 2017, p. 87). Outra força advinda do movimento indígena vem com a pedagogia decolonial como expressão da interculturalidade de um giro epistêmico conceitual, cujos projetos existenciais estão em aderência a práticas de transformação social e de criação de condições de poder e saber (Walsh, 2007, 50).

A resistência-existência freiriana, em *Pedagogia da Indignação*, é inspiração para Walsh (2017, p. 16), pois a pedagogia decolonial e crítica requerem uma postura de resistência ética, crítica e digna e sensibilidade para ouvir os gritos “que chamam, imploram e exigem um pensar-sentir-fazer-agir”, e clamam por práticas. Para além do resistir, estas práticas inserem-se no “in-surgir” de pedagogias e metodologias

de creación, invención, configuración y co-construcción – del qué hacer y cómo hacer – de luchas, caminares y siembras dentro de las fisuras o grietas del sistema capitalista-moderno/colonial-antropocéntrico-racista-patriarcal (WALS, 2017, p. 30).

Entretanto, não basta querer realizá-las, é preciso desaprender o universo da totalidade para aprender a pensar e agir a partir das periferias, fissuras e fendas, onde moram, brotam e crescem outros modos que se tornam pequenas esperanças. É deste lugar/localização e por meio de um olhar sensível que sabe ver, ouvir, escutar, sentir e reconhecer as esperanças nas brechas que Walsh (2017, p. 31-32) assume e reafirma seu compromisso com a vida para se posicionar política, epistêmica, ética e estrategicamente, condição que pode animar o fazer-extensionista dos cursos. Trata-se de uma pedagogia viva que se constrói na caminhada, na luta, no semear, no cultivar e no sustentar outros mundos e outros caminhos que ressignificam o pedagógico e o intercultural em meio aos gritos, às brechas e às sementeiras (Ibidem, p. 42-43).

Para Walsh (2017, p. 16), esta pedagogia é prática de insurgência educativa propositiva que possibilita criar e construir novas condições sociais, políticas, culturais e de pensamento. Esta pedagogia das brechas e fissuras está permeada por ações insurgentes e decoloniais que enfrentam a matriz colonial de poder por meio de práticas pedagógicas de engajamento, reconhecimento, afirmação e transformação (Ibidem, 2016, p. 72). Trata-se de uma atitude que deve ser aprendida com processos, posturas e práticas decoloniais que desafiam, interrompem e transgridem as matrizes

do poder colonial, e com atenção a seu nascedouro, ou seja, às margens, fronteiras, pessoas, comunidades, movimentos, coletivos.

Com Rosa (2020, p. 28), compreendemos que a educomunicação carrega em si “potência para se constituir como uma alternativa na área das teorias contra hegemônicas e como um espaço de emancipação pela transformação das relações de poder em relações compartilhadas”. Como uma epistemologia do Sul, sua natureza é interventiva, propositiva e dialógica que atua com apropriações metodológicas não extrativistas vinculadas à ética do diálogo, da participação e da alteridade em vista da emancipação social dos sujeitos.

As premissas educacionais fundamentam-se na comunicação dialógica de Paulo Freire, na comunicação educativa de Mario Kaplun e na perspectiva cultural de Jesus Martín-Barbero, sendo que estes fundam suas propostas na problematização dialógica freiriana. Ao “dizer sua palavra” para a transformação do mundo, os sujeitos das práticas rompem com a cultura do silêncio, se encontra consigo mesmo e adquire ou recupera sua autoestima, dando um salto em seu processo formativo durante o ato de produção expressiva (KAPLUN, 2014, p. 69)

Além da pedagogia democrática, problematizadora e dialógica de Freire, a inspiração kapluniana resgata as práticas pedagógicas do francês Celestin Freinet, nos anos 1920, que promoveram intercâmbio de jornais escolares, rede de correspondentes e diálogo à distância. Seu conceito de comunicação educativa se desenvolve num processo de aprendizagem ativa de auto/co/aprendizagem latente nos sujeitos a ser estimulado por sua gestão autônoma em *aprender a aprender* (KAPLUN, 2014, p. 67). Ele defende ser necessário gerar motivação, valorizar a autoexpressão dos educandos, compreender que *conhecer é comunicar* a fim de que grupo se torne uma célula básica de aprendizagem e conhecimento seja visto como produto social, assim como o papel dos meios de comunicação na educação deve ser trabalhado a partir de um modelo dialógico que seja capaz de gerar emissores ativos e receptores críticos.

Para uma vivência problematizadora é preciso compreender os dilemas sociais, investir-se da *Pedagogia da Indignação*⁴ (2000) e da dialogicidade nas práticas no território, conforme problematização de *Extensão ou Comunicação?* (1983). Ao se indignar nas cartas pedagógicas, Freire (2000, p. 24) revela sua luta e empenho como educador e político, em alternâncias de raiva, amor, esperança em favor do sonho de um Brasil mais justo. A carga semântica do termo “extensão” denuncia um viés de invasão cultural que inferioriza a visão de mundo do outro e, portanto, precisa se colocar na condição de “estender” seu conhecimento e sua técnica ao outro.

Para que a ação educativa antidialógica não invada o espaço histórico-cultural do outro, o caráter libertador do educar e educar-se na prática da liberdade propiciando que os sujeitos dialógicos se reconhecerem no ato de conhecer, na reflexão crítica. Mais que extensão, o esforço precisa ser o da conscientização que permita os sujeitos se apropriarem criticamente da posição que ocupam no mundo para se tornarem sujeitos da transformação dele e se humanizarem (FREIRE, 1983, p. 22-23). Portanto, é preciso que as ações sejam dialógicas.

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. (...) O diálogo é o encontro amoroso [das pessoas] que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. (Ibidem, p. 28).

No diálogo problematizador, a comunicação se efetiva para romper o silêncio dos pensam nada saber e torná-los coparticipantes *ato de pensar na intercomunicação* do mundo cultural e histórico, pois “o diálogo é comunicativo” [e] a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Ibidem, p. 45-46). Para ele, a problematização se dá na comunicação em torno de situações reais, concretas e existenciais, assim como de conteúdos intelectuais que requerem reflexão sobre o próprio ato para agir melhor sobre a realidade (p. 56-57).

⁴ A obra é composta por cartas pedagógicas escritas por Paulo Freire e contextualizadas por Anita Freire, a raiva e o amor aparecem integradas conclamando à utopia e à democratização da sociedade em torno do amor-indignação-esperança.

Esta perspectiva emancipatória comparece no ensino de jornalismo por meio de processos dialógicos e coletivos que compreendam as ideias de práxis libertadora e a cultura do silêncio como emancipação social nas ações de extensão no território. A *educação como ação cultural* freiriana e o conceito de jornalismo alternativo de Genro Filho levam Oliveira (2017, p. 187) a propor “um conceito de jornalismo alternativo como uma ação cultural emancipatório ou uma práxis jornalística emancipatória”.

Ainda na construção de sua proposta, o autor recorre às ideias de cidadania no Brasil, em Milton Santos, e à sistematização de experiências em Oscar Jara que substitui o “marco teórico” pelo “contexto teórico” na interpretação crítica. Oliveira (2017, p. 195) considera que as perguntas fundantes a ser respondidas, em Jara, se apresentam como possibilidade ao que-fazer jornalístico – *por que aconteceu isto que aconteceu e porque não aconteceram outras coisas*.

Esta proposta aliada ao jornalismo emancipatório, parte da tomada de posição (visão de mundo) para a construção das experiências vividas no “contexto teórico”, e segue pela perspectiva freiriana de “libertação em comunhão” do mundo, em construção, pelos sujeitos na cotidianidade. Isto porque “não se trata apenas de compartilhar experiências cotidianas, mas mediá-las pela interpretação crítica e mediadas pela perspectiva da emancipação” (Ibidem, p. 198).

Oliveira (2017, p. 202-203) lembra que o jornalismo emancipatório posiciona-se “em um processo de construção coletiva de emancipação”, pois está estabelecido em uma “prática jornalística que constrói um olhar crítico de personagens, cotidiano e ambiente buscando desloca-los da sua funcionalidade e reposicioná-los dentro de uma perspectiva estrutural”, que pode estar presente, inclusive, na mídia hegemônica.

Esta proposta vincula-se à *pedagogia da indignação* e a interculturalidade (WALSH, 2017) podendo inspirar as ações dos cursos na cidade educativa de uma sociedade que compartilha saberes entrelaçados às experiências cultural e vital do ser humano em vista de aprendizagens contínuas (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 126-127). Este novo espaço comunicacional exige que a educação se deixe interpelar, questionar e refundar diante da incerteza de “outros modos de estar juntos, de outra sociabilidade e outra sensibilidade”, repensando, assim o *novo estatuto da mutação sociotécnica* que requer *comunicar-se com sua cidade*.

Esta nova cidade educativa desafia a educação a se converter em “espaço estratégico de cruzamento e interação entre as diversas linguagens, culturas e escrituras” a fim de que proponha políticas e projetos em um horizonte intercultural, em novos espaços de aprendizagem e de exercício da cidadania (Ibidem, p. 141-142)

3. INTERCULTURALIDADE E PRÁTICAS INTERVENTIVAS

A busca de perspectiva decolonial nas publicações da Abej (anais e revista) passa pela intenção de sinalização de uma formação jornalística que enxergue o território, não apenas como *locus* de inserção, mas como lugar de intervenção e de ressignificação de práticas. Em busca de possível itinerário formativo e contextualização da pegada cidadania, o *corpus* foi distribuído em cinco categorias: cotidiano, cidadania, jornalismo, interculturalidade e pedagogia do jornalismo (Tabela 1).

Tabela 1: Perspectiva decolonialista nas publicações

| Cotidiano | Cidadania | Jornalismo | interculturalidade | Pedagogia do jornalismo |
|--|--|---|--|--|
| Humanização Território Contexto Cotidiano | Emancipação Apropriação Democracia Direitos sociais | Emancipatório Transformador Feminista Quilombola Afrocentrado | Identidades locais Mediações culturais Estudos Culturais Embates culturais Culturas alternativas | Paulo Freire Educomunicação PPC democrático |
| Envolvimento com a comunidade | Utopias realistas | Função social revitalizada | Tradução intercultural | Educação midiática |
| Comprometimento com a realidade | Luta pela liberdade | Mais plural, integrado e reflexivo | Cultura local/regional Educação antirracista | Ação interventiva Visão holística, pluralista e contextualizada |

Fonte: Elaboração das autoras com base no *corpus* Enejor e Rejeb (2013 a 2022).

O arcabouço encontrado na categoria “cotidiano” parece sinalizar uma atenção voltada ao território para contextualizá-lo, formar redes e envolver a comunidade em uma visão humanista e comprometida com a realidade e com a crítica da mídia hegemônica a fim de possibilitar a vivência de emergências e arranjos alternativos aos conglomerados de mídia. Sua materialização em “cidadania” aponta para o cunho

emancipatório das ações em vista da formação do cidadão em contextos de luta pela liberdade, de resistência democrática e de democracia participativa por meio da apropriação que os sujeitos vão realizando entendendo que o acesso à informação e à comunicação são direitos sociais, portanto, uma utopia realista.

Nas publicações, o “jornalismo” potencializa outros saberes jornalísticos em torno do jornalismo afrocentrado, jornal quilombola, imprensa feminista, jornalismo emancipatório, imerso em um potencial transformador que revitaliza sua função social, um jornalismo mais plural e menos dicotômico a ser realizado por profissional integrado e reflexivo. A “interculturalidade” perpassa a tradução intercultural e os estudos culturais; as culturas alternativas, local e regional; a dimensão sociocultural com as mediações culturais, os embates culturais e as identidades locais; culminando com a discussão do conceito de afrocentralidade e uma educação antirracista.

Essas quatro dimensões preparam a formação jornalística para a “pedagogia do Jornalismo” que tem Paulo Freire como ideal para um projeto político-pedagógico democrático com atuação interventiva e visão holística, plural e contextualizada. Esta possibilidade desemboca na ação interventiva educacional da educação midiática, do letramento midiático e de práticas pedagógico-comunicacionais.

Três publicações apontam para o jornalismo como instrumento de resistência e intervenção. Em *O jornalismo como instrumento de resistência* (v. 9, n. 24, p. 185-196, jun. 2019) o protagonismo e alternativas com foco na qualidade são propostos por projetos e atitudes “proativa, pedagógica e cívica” que corresponsabilizam o cidadão, além de se tornar desafio para o oferecimento de um ensino relevante e que faça “sentido” cerca daquilo que se ensina sem cedências para a boa saúde das sociedades democráticas. Trata-se de uma entrevista realizada por Guilherme Carvalho e Marcelo Engel Bronosky com o professor João José Figueira, da Universidade de Coimbra.

A intervenção em vista de um jornalismo mais plural e menos dicotômico aparece em *Século XXI: um jornalismo mais plural e menos dicotômico* (v. 4, n. 15, p. 279-291, jul./dez.2014). *Jornalismo no Brasil: cães vira-latas farejando os rastros da democracia* (19º Enejor) é o artigo que delinea a atuação do jornalista na defesa do cidadão e fiscal das instituições do poder, não mais como “cão de guarda”, mas como “cachorro vira-lata” que busca “os rastros da democracia escondida”.

Quatro artigos discutem a contra hegemonia em torno da resistência expressa na dimensão afrocentrada, em arranjos alternativos aos conglomerados midiáticos e em remanescentes de experiência editorial e as iniciativas informativas de cunho alternativo. *Uma crítica teórica jornalística aos Estudos Culturais* (19º) aponta que esta corrente teórica seria limitada para o jornalismo por não reconhecer o saber específico do exercício e responsabilidade profissional, rotulando as práticas como ativistas, militantes, amadoras, pseudo-jornalísticas, o que se vincularia mais a relações públicas, assessorias de imprensa ou ação política.

A partir da análise das audiências no primeiro portal racial do país, *o Mundo Negro no Jornalismo e a perspectiva afrocentrada como símbolo de resistência* (21º) discute a invisibilidade negra no jornalismo, apresentando um *jornalismo afrocentrado* que carregue novos olhares e novas práticas em busca de *diálogo mais inclusivo, democrático, diverso e plural com a sociedade*. Este conceito se refere a “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômeno atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93).

Seja no passado ou no presente, o posicionamento jornalístico visa a resistência democrática como se deu com *O breve jornal panorama: percepções do jornalismo na versão de remanescentes de experiência editorial* (19º) em luta contra a ditadura militar e na busca de *Crédito aos independentes: apropriação e invisibilidade no trabalho realizado por arranjos alternativos aos conglomerados midiáticos* (20º). Os jornalistas de veículos alternativos e independentes reivindicam, nas redes sociais, os créditos pelo trabalho que produzem diante da apropriação de apurações jornalísticas pela *grande imprensa*, sem os devidos créditos. Estes arranjos alternativos marcam seu trabalho em valores como transparência e colaboração, e em redes de trabalhos em conjunto para ampliar a circulação de seus conteúdos.

Dente as abordagens sobre emancipação social, destacamos dois artigos que discutem questões raciais e feministas. *Revista e site Dumela como ferramentas comunicacionais na prática de uma educação antirracista* (19º) recorre à Lei 10.639/2003 e ao núcleo de estudos étnicos raciais da revista e site analisado. *Lutas feministas em pauta: análise do jornal o sexo feminino no ano de 1889* (21º) discorre

sobre as lutas empreendidas pelo semanário *Sexo feminino*, cujas publicações de 1889 revelaram que foi incisivo e emblemático para esta causa feminina.

No âmbito da interculturalidade, a prática jornalística antirracista e pró-igualdade de gênero extensionista comparecem em *As vozes que não ouvimos: por uma prática jornalística antirracista e pró-igualdade de gênero* (20º) que se posiciona a partir de um projeto de extensão, da agência experimental Agexcom e do portal Mescla que pensam reportagens que incluem diversidade e pluralidade social como prática intervencionista. *A inserção dos cursos de jornalismo no território: o GT de atividades de extensão no Enejor* (20º) aponta indícios educacionais nas publicações em que os cursos contam suas ações de intervenção no território.

Projeto de extensão e disciplina levam o jornalista em formação a conhecer as indústrias culturais e as produções alternativas para ampliar sua formação acadêmica, o que envolveu os atores da comunidade no processo de discussão e qualificou o debate numa visão holística e heterodoxa cultural, conforme o artigo *Formação em jornalismo e o conhecimento sobre a indústria cultural e as culturas alternativas: experiência de projeto de extensão na Universidade Estadual do Piauí* (20º).

Uma jornada de emergências: mediações culturais em utopias realistas (19º) foi um evento que propiciou aos estudantes de jornalismo e artistas de grupo cultural (Lá da Favelinha) a vivência de embates culturais em processos de tradução intercultural que desafiam perspectivas hegemônicas de comunicação, o que foi assegurado ao grupo, independência e lugar de fala e expressão, *frequentemente, marginalizado e silenciado por perspectivas hegemônicas*.

Ainda na perspectiva da causa negra, uma trajetória de resistência é relatada em *Abdias do Nascimento e o Jornal Quilombo: o jornalista a serviço da luta pela liberdade do povo negro brasileiro* (19º), demonstrando que jornal inaugurou um posicionamento de enfrentamento às tensões e de embates com intelectuais brancos na busca por um caminho de diálogo em vista de mudança social concreta e de um jornalismo emancipatório que seja *espaço de voz das minorias* e que confronte a mídia hegemônica. Em *Jornal-laboratório Arrocha: olhar humanizado e contextualização* (19º) discute a interdisciplinaridade para a formação plural de futuros repórteres.

Na mesma edição (v. 9, n. 24, jun. 2019), a Rejeb discute a educação midiática como letramento digital, leitura crítica da mídia hegemônica e do jornalismo com potencial transformador por meio de projetos e do engajamento da juventude da educação básica, a saber: *Letramento midiático e apropriações da juventude sobre a crítica à mídia hegemônica* (p. 140-157); e *Projeto de extensão para educação midiática e crítica de jornalismo* (p. 158-179).

A dimensão extensionista territorializada pode revitalizar a função social do jornalismo em torno de um ensino ligada à dimensão sociocultural, pois o contexto social do lugar contribui para experiências holísticas e comprometidas com a realidade, conforme *A contribuição da extensão para a formação integral do discente e valorização de identidades locais* (v. 8, n. 23, p. 14-25, dez. 2018). Em *A importância do conhecimento sobre Educação na formação superior em Jornalismo* (v. 11, n. 28, p. 54-68, jun. 2021) sinaliza para o contributo da dimensão educativa na formação dos sujeitos no ensino jornalístico a exemplo da disciplina Comunicação/Educação.

Neste contexto formativo, as DCNs são atendidas em relação à formação do jornalista para a cidadania por meio de uma formação crítica que deve estimular a consciência do seu papel social de cidadãos e comunicadores, ou seja, de agentes da cidadania, que compreendem o acesso à informação e à comunicação como direitos sociais. Este argumento de *As novas Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do jornalista para a cidadania* (v. 8, n. 23, p. 58-71, dez. 2018) se complementa com *A pedagogia de Paulo Freire e o projeto pedagógico de Jornalismo* (v. 3, n. 13, p. 168-184, jul./out.2013) que defende um projeto de curso democrático para a formação de um profissional integrado e reflexivo que se distancie de ser mero reflexo da sociedade.

Por fim, o *I Simpósio Catarinense de Pedagogia do Jornalismo: caminhos para fortalecer a qualidade do ensino de Jornalismo* (19º Enejor) apresenta os resultados deste evento que visa o fortalecimento da pedagogia do jornalismo como caminho para fortalecer a qualidade do ensino e a extensão universitária em um “processo de mútua-afetação entre universidade e sociedade, com vistas à troca de conhecimentos e à transformação social”.

O detalhamento dos artigos do *corpus* parece indicar, apesar de serem ainda poucos no universo de publicações do Enejor e da Rejeb que os cursos perseguem um

caminho se materializa no exercício da cidadania, visando tanto uma formação inclusiva e plural quanto colaborativa como os sujeitos do território em que estão inseridos na sociedade, evocando uma presença, cada vez mais, decolonial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta discussão, buscamos responder se a perspectiva decolonial comparece às publicações da Abej e em que condições e menções se fala no exercício da cidadania e da emancipação social, processos e produtos de atuação jornalística como ação de emancipação cultural.

Para tanto, foi preciso se debruçar sobre as diretrizes curriculares e de extensão para compreender como a pedagogia do jornalismo em sua práxis profissional e de ensino-aprendizagem acionam o repertório jornalístico, pedagógico e cidadão dos sujeitos dialógicos, em formação e em colaboração, nos territórios educativos onde os cursos estão inseridos. A perspectiva cidadã foi discutida à luz da interculturalidade e das epistemologias do Sul, dentre elas a Educomunicação em sua potência cidadã para a emancipação social e cultural, tendo as pedagogias freirianas como inspiração. Chegamos ao jornalismo emancipatório que, pode ser aplicado por jornalistas que trabalhem em mídia hegemônica e que se posicionem em suas narrativas, de maneira humana, histórica e ética por meio de uma prática jornalística emancipatória.

O referido repertório teórico permitiu perceber que as publicações do Enejor e da Rejeb apresentam cursos comprometidos com o território educativo e que propõem ações com foco no cotidiano e na cidadania, pois estão conscientes da função social do jornalismo para transformação social, atentos a sua postura para valorizar as culturas presentes em suas diversidades (interculturalidade) e buscando um jeito diferente do convencional para suas práticas pedagógicas e extensionistas, o que sinaliza abertura para a pedagogia do jornalismo.

Faz-se necessário aprofundar mais, na Tese em andamento, a interrelação entre pedagogia do jornalismo, educomunicação e jornalismo emancipatório como inovação para a práxis jornalística, da formação ao exercício profissional.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis, Vozes, 2003.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental** – ProNEA. 3ª ed. Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

FREIRE, 1983; **Extensão ou comunicação?** Trad. OLIVEIRA, Rosisca Darcy de. 7ª ed. (Coleção O Mundo Hoje, v. 24). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

KAPLUN, Mario. Uma pedagogia da comunicação. in: APARICI, Roberto. **Educomunicação**: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014, pp. 59-78. 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina de la Barrera; GOBBI, Juliana Betti; BARCELOS, Marcelo. (Orgs.). **O Ensino de Jornalismo sob as Novas Diretrizes**: miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018.

MEDITSCH, Eduardo; KRONBAUER, Janaíne; BEZERRA, Juliana Freire. (Orgs.). **Pedagogia do Jornalismo**: desafios, experiências e inovações. Florianópolis: Insular, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramon. (ed.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 115-142.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir. Tomo II. Quito: Abya-Yala, 2017.